

## ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Maria Ignês Mancini De Boni - UTP

Evelcy Monteiro Machado – UTP

Ao se constituir a sociedade burguesa no mundo ocidental, advinda da introdução da mecanização, da fábrica, enfim da imposição do capitalismo, os homens que pensaram a estruturação desta sociedade atribuíram ao trabalho a característica de princípio constitutivo da existência social. O trabalho se torna fonte de riqueza e criação, força moral e base de toda dignidade, possibilidade de prazer e satisfação, reino da liberdade. Participar deste mundo, estar nele inserido, garantiria a cidadania. A permanência no não trabalho – o ócio - era a própria condenação. Forma-se então uma sociedade que passou a ser denominada “sociedade do trabalho”

O Brasil insere-se neste contexto num momento em que sua sociedade, embora ainda marcada pela escravidão, se urbaniza dando início à formação de um mercado de trabalho livre que se funda nos fins do século XIX. É o momento também de afirmação das idéias republicanas de civilização, progresso, crença na ciência, as idéias positivistas da educação e moralização do trabalhador por meio da instrução, entendida como difusão de conhecimentos úteis, como os Institutos de Mecânica ingleses, e podem-se dizer as escolas profissionais aqui no país.

Diversas instituições educacionais e/ou disciplinadoras foram criadas pelas classes dirigentes voltadas aos trabalhadores, filhos de trabalhadores e crianças desvalidas, em todo o Brasil. Confunde-se muitas vezes a partir daí o ensino para o trabalho com ensino pelo trabalho, para redenção dos ociosos e assistência à infância desvalida. No país se destaca São Paulo onde, segundo Moraes (2001), houve ensino que se pode qualificar como profissionalizante e não apenas assistencial, ou correccional.

O presente texto procura analisar a dicotomia entre ensino profissionalizante e assistência ao menor abandonado/delinquente no período que abrange o início da República até a queda de Getúlio Vargas. Baseia-se em documentos oficiais como Relatórios de Governantes e Secretários de Governo, imprensa e escritos da época, ancorados no referencial

teórico de Michel Foucault sobre disciplina e em conceitos como ambientes de seqüestro e colonização (FOUCAULT, 1977; FOUCAULT, 1979).

Toma como centro de análise o estado do Paraná, que passou por um processo econômico diverso de outros estados do Brasil, especialmente de São Paulo, o que viria influir na política de criação de escolas para o trabalho.

Mesmo tornado Província (1853) o Paraná continuava uma região despovoada. Curitiba, elevada à capital, somente a partir da década de 1870, quando passou a receber a corrente imigratória com maior intensidade, tornou-se uma cidade digna do nome.

O grande surto imigratório foi resultado da política oficial de fazer a região caminhar em direção ao progresso. Aqui teve a especificidade de ocupar espaços vazios, criar uma agricultura de abastecimento para os centros urbanos, e servir de mão de obra para empreendimentos de infra-estrutura. Isto se deveu ao fato de que em grande parte, a economia da Província, depois Estado, girava em torno da atividade extrativista e do comércio do gado e não da grande lavoura.

A pacata e ordeira capital paranaense passa a viver então sob o impacto do adensamento populacional – sua população de 12651 em 1872 atinge 78986 habitantes em 1920 (DE BONI, 1998), tendo que absorver novos habitantes, italianos, alemães, poloneses e outros, e tudo que acompanhava esse fenômeno como: insalubridade, epidemias, insuficiência de moradias e de infra-estrutura sanitária. E como em outras cidades no mesmo período institui-se uma nova ordem social. A ordem da sociedade do trabalho, com todas as ingerências de vigilância e disciplinamento das camadas trabalhadoras.

Por sua vez, a economia que vivia da exploração da madeira e do mate criou uma indústria a ela subsidiária. Acrescente-se que a presença de imigrantes urbanos, fez ressurgir o comércio e propiciou o surgimento de várias indústrias de alimentação, vestuário, movelaria, piano, além daquelas de metalurgia e gráfica, que serviam diretamente aos engenhos de mate e serrarias.

Essas atividades necessitavam de trabalhadores “educados”, “civilizados”, “morigerados” e “laboriosos”. Os operários desejados precisavam ser preparados para as novas atividades que se apresentavam. Ainda no final do século XIX, a Fundação Mueller criou em suas próprias dependências um curso para aprendizes, com duração de dois anos,

findo os quais o aprendiz seria contratado. Alguns empresários do comércio criaram a Escola Técnica de Comércio, para preparar a classe “cacheiral”, (empregados do comércio, guarda-livros e afins). Tanto uma como outra escola foram de iniciativa de imigrantes alemães.

O Estado por sua vez cria pela lei nº. 586 de 18 de março de 1905 o Instituto Commercial Paranaense que começou a funcionar em um dos departamentos do edifício Gymnásio Paranaense, em março de 1906, com 50 alunos, a quem seriam ensinadas as matérias: escrituração mercantil, redação comercial e noções de legislação comercial, além de línguas, inglês e alemão, francês e italiano.

Neste mesmo ano (1906), pela lei nº. 632 foi criado em anexo ao Instituto Commercial, um curso agrônômico, que compreendia, além do estudo prático de línguas, já ministradas pelo Instituto, uma aula de agronomia e exercícios práticos correspondentes.

As duas escolas, Commercial e Agrônômica, funcionaram juntas sob o nome de Instituto Commercial e Agrônômico durante um ano, quando pela lei nº. 686 de 27 de março de 1907 foram separadas, ficando o curso de agronomia denominado Instituto Agrônômico. Com a separação o curso de agronomia foi reestruturado passando a ter dois anos, dividido em duas partes, uma teórica e outra prática. Na parte teórica eram ministrados conhecimentos científicos indispensáveis à agronomia; no campo experimental eram dados conhecimentos práticos de agronomia e zootecnia. Curiosamente, a partir daí, o Instituto Agrônômico, passou a depender da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Colonização (PARANÁ, 1908).

O Instituto Agrônômico obteve melhores resultados transformando-se com o tempo no complexo Universidade do Paraná (1946). Já o Instituto Commercial, apesar do número de vagas que quase nunca era preenchido, e dos bons professores, sofreu continuamente com a falta sistemática dos alunos às aulas, bem como abandono do curso, gerando continuadas queixas dos professores e autoridades educacionais.

Além destas escolas oficiais, o Estado subvencionava a Escola Profissional Feminina, oriunda da antiga Escola de Belas Artes. Esta escola foi oficializada pelo decreto nº. 548 de 08 de agosto de 1917. Era um estabelecimento dedicado a alunas do sexo feminino onde eram ensinadas artes, economia doméstica e prendas manuais (PARANÁ, 1918, p.19).

Essas eram escolas para jovens, muitos dos quais já trabalhavam, e muitos já haviam ultrapassado a menoridade pregada pelo Código Penal. No entanto a grande preocupação do período foi sempre a infância que passa a ser “compreendida como futuro elemento produtivo

e riqueza da nação e devia ser adestrada para ser um cidadão dócil e rentável, evitando assim sua transformação em elemento perturbador da ordem” (QUELUZ, 2000, p.36). Tanto no discurso oficial como na imprensa ligada aos interesses empresariais, o problema da infância assumia uma dupla dimensão, “de um lado a percepção de que a criança pobre constituía, enquanto corpo produtivo em potencial, o futuro do mercado de trabalho (...). De outro lado, a preocupação moral e política”(FAUSTO, 1984, p 83).

Assim, põem-se em prática mecanismos e estratégias de criação de instituições que, além de retirar das ruas as crianças, transformadas em menores, vadios e perniciosos, os regenerassem e disciplinassem pelo trabalho e pelo ensino.

Disciplinar para o trabalho significava também que a criança deveria desde cedo, habituar-se a uma organização do espaço, do tempo e dos corpos que lhe possibilitasse incorporar-se adequadamente ao trabalho, pois, conforme Foucault:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política de coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calcada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos (FOUCAULT, 1977 p.127).

Nessa concepção, o governo paranaense elabora uma lei de criação de uma Colônia Infantil – um estabelecimento de ensino profissional e de primeiras letras, destinado a internar menores desvalidos de 8 a 15 anos, conservando-os até os 18. Propunha-se dar à infância moral e materialmente desamparada um lar modesto e formar um agente de produção pelo ensino de um ofício que a tornasse útil à sociedade. Como era destinada à educação dos meninos desvalidos, e não à repressão, os menores delinquentes não seriam ali admitidos.

Apesar das boas intenções, a lei – n.887/1909 não chegou a ser sancionada. Em vista disso as elites paranaenses receberam com entusiasmo a criação, pelo Governo Federal, das escolas de Aprendizes e Artífices.

A Escola de Aprendizes e Artífices do Paraná foi criada pelo Decreto n. 7566 de 23 de setembro de 1909 (FONSECA, 1961, p. 163) do Presidente Nilo Peçanha e inaugurada no Paraná em janeiro de 1910.

A escola iniciou imediatamente as atividades, com 45 alunos distribuídos nas oficinas de alfaiataria, marcenaria e sapataria. Até o final de 1910, foram criadas as oficinas de

serralheria, selaria, tapeçaria, seções de pintura decorativa e escultura ornamental, chegando a 221 alunos matriculados (QUELUZ, 2000).

Cabe ressaltar que a escolha das oficinas obedecia ao Artigo II do Decreto acima citado. Este artigo estabelecia um número máximo de cinco oficinas, “que fossem mais convenientes e necessárias ao Estado em que funcionar a Escola, consultadas quanto possível às especialidades das indústrias locais” (FONSECA, p 64). As atividades de serralheria, marcenaria, selaria, tapeçaria e sapataria, foram apontadas como ocupações com maior número de empregados no ainda frágil setor industrial paranaense (DE BONI, 1998, p.28)

A escola tinha caráter primário e sua clientela, nas duas primeiras décadas, era essencialmente pobre. Como determinava o decreto, as matrículas preferencialmente deveriam ser para os desfavorecidos da fortuna, meninos pobres, em Curitiba de uma pobreza cosmopolita. Os filhos da classe proletária eram, além de nacionais, descendentes de imigrantes.

As crianças eram aceitas após atestado de condição de pobreza ou de orfandade e ainda esporádica, mas significativamente, menores delinquentes encaminhados pelo Juiz ou Delegado (QUELUZ, 2000).

Isto porque somente mais tarde foram criados o Abrigo de Menores e a Escola de Reforma, para onde eram enviados os desassistidos ou desviados em sua conduta, dando início ao que Carmen Diez (1993) denominou “arquipélago carcerário”.

Mas, antes da criação destas duas instituições, seguindo a tendência nacional, Lysimaco Ferreira da Costa fundou e organizou na Escola Agrônômica do Paraná, o Patronato Agrícola, criado pelo decreto n. 943 de 1920, que se destinava, conforme seu regulamento, exclusivamente às “classes pobres e visava à educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos e daqueles que, por insuficiência da capacidade de educação na família, foram postos à disposição da Escola Agrônômica”. Era um “instituto de assistência, proteção e tutela moral dos menores”; recorria para isto ao “trabalho agrícola, em sua ação educativa e regeneradora, com o fim de os dirigir e orientar” (COSTA, 1987, p.445).

Até 1925, enquanto Ferreira da Costa foi diretor da Escola Agrônômica, os trabalhos no Patronato realizaram-se normalmente. Após este período a instituição foi extinta. Os vinte meninos internos foram transferidos para o Abrigo de Menores.

O Abrigo de Menores foi criado pela lei n. 2295 de 1924, como um dos serviços de assistência e proteção. Era destinado a receber, provisoriamente, os menores abandonados e os menores delinquentes. Dividido em duas alas, uma para meninos e outra para meninas, era também subdividido em duas secções – uma para abandonados, outra para delinquentes.

Ainda dentre os serviços de assistência e proteção aos menores, foi criada uma escola para recolhimento definitivo daqueles que ficassem sob a proteção das autoridades públicas. Esta escola era dividida em duas secções – uma de Preservação, para menores abandonados e outra de Reforma, para delinquentes. As secções eram separadas para os diferentes sexos. No espaço do Patronato Agrícola foi instalada a Escola de Reforma – masculina, com caráter correccional. Ali, 40 alunos recebiam ensinamentos de professores da Escola Agrônômica e faziam trabalhos agrícolas, além de oficinas de alfaiataria e sapataria (PARANÁ, 1926).

O Abrigo de Menores e a Escola de Preservação para o sexo masculino foram instalados em prédio adquirido pelo Estado, o palacete Loureiro. Uma escola particular foi adaptada para acolher o Abrigo de Menores e a Escola de Preservação feminina. A Escola de Reforma do sexo feminino passou a funcionar em um pavilhão independente, junto ao Asilo São Vicente de Paulo.

Tais instituições evidenciam um ambicioso projeto da geração de vinte de criar e implantar no Paraná uma política social com bases na assistência social, segurança pública, saúde e educação (GODINO CABAS et alli, 2004).

Nestes estabelecimentos, além da instrução e da educação cívica e moral, era ministrado ensino profissional. Nas escolas masculinas instalaram-se oficinas de sapataria, marcenaria e carpintaria. Nas escolas femininas eram ministradas aulas de costura, bordado, malharia, pintura e flores, arte culinária, e mais tarde, datilografia (PARANÁ, 1927, p.171).

Por volta de 1920 o processo industrializante paranaense entrou em declínio, tanto pela crise econômica, quanto pela não inversão de capitais por parte do Estado, embora algumas indústrias tenham resistido. A década de trinta foi uma época de crise, repetindo em alguns pontos a década anterior. As economias européias, ainda debilitadas pela guerra, sofreram ainda mais com a quebra da Bolsa de Nova York e mesmo sem atingir os níveis da guerra de 1914 o comércio mundial sentiu uma forte retração que necessariamente repercutiu no quadro exportador brasileiro.

No entanto, esta conjuntura encontrou a economia paranaense menos vulnerável. A expansão da fronteira agrícola nas vastas extensões de terra fértil e ainda inexploradas e desabitadas como também a diversificação da produção agrária fez com que a retração de alguns mercados fosse compensada com o surgimento de mercados alternativos. O café entra na pauta de exportação, acrescida da exportação de algodão para o Japão e a Alemanha. Manuel Ribas, ao assumir a interventoria do estado, em 1932, entreviu na vocação agrícola, uma saída estrutural para a economia. É o surgimento do Paraná-Agrícola, com vocação para “Celeiro do Brasil” conforme veiculava a propaganda.

Os novos encaminhamentos se refletiam também nas políticas educacionais. O interventor marcou seu governo com diversas realizações nesse campo. Quanto ao ensino profissionalizante, o período é marcado pela construção de uma série de escolas para o “ensino agrícola” ou de “pesca”.

Mesmo com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola criada pelo Decreto – Lei 9613 somente em 1946 (ROMANELLI, 2000 p. 154), portanto já findo o Estado Novo, pode parecer que o encaminhamento natural num estado em plena expansão agrícola fosse a criação de escolas no meio rural, como pregava o Manifesto de 1932, para o desenvolvimento de técnicas profissionais, com base na economia nacional, com as diversas variedades e tipos de escolas como de agricultura, de minas e de pesca, além das industriais, de transporte e de comércio. (RIBEIRO, 1998. p. 109).

No entanto ao consultar as fontes oficiais da Interventoria, embora em número diminuto se considerarmos o período de 1932 a 1945, uma vez que se restringem a algumas Mensagens e alguns Relatórios, algumas questões aparecem.

As mensagens ao Presidente da República trazem conteúdos edulcorados da realidade, mas deixam ver nas entrelinhas alguns dos reais objetivos da criação de algumas destas escolas. Sob a égide de proteção e assistência à infância pobre, muitas delas não passavam de “reformatórios” ou “verdadeiras prisões correcionais”, como informava a imprensa do período. Foram sendo construídas pelo Executivo e utilizadas pelo Juizado de menores, como instituições de reeducação.

Também a historiografia educacional para o período se apresenta dicotômica, mostrando ora as benesses das escolas rurais, ora apresentando os estabelecimentos como meras prisões.

Ao todo foram criadas pelo Legislativo entre 1934 e 1945 dez escolas agrícolas espalhadas pelo Paraná, além de duas escolas de pesca no litoral, subordinadas à Secretaria de Agricultura, que possui dados relativos ao aspecto físico dos locais e arquitetura das escolas, distancia dos centros urbanos, instalações complementares, número de internos e estatísticas de evasão. A Secretaria de Educação não possui nenhum registro sobre os alunos. Informações desta secretaria dão conta de que os registros ficavam no município sede do estabelecimento, e que registros sobre o ensino profissionalizante só existem a partir de 1960.

Isso corrobora a hipótese de que estes estabelecimentos, apesar de serem regulamentados inclusive pelo decreto nº. 7782 (06/01/1939) que os denominou Escolas de Trabalhadores Rurais do Paraná, e de que nas palavras do Interventor os internos receberiam “além de instrução primária, idêntica à ministrada nos grupos escolares, os ensinamentos rudimentares de agricultura e pecuária, o que despertaria neles, o gosto pela vida rural” (PARANÁ, 1940/41, p.30), serviam mais para serem “seqüestrados” e “colonizados” (FOUCAULT, 1979, p184) os menores indesejados pela sociedade, e eram locais onde o que menos existia era educação escolar.

Algumas das escolas como a do Canguiri, do Campo Comprido e da Ilha das Cobras já foram instaladas como Escolas-Prisão. Esta última chegou a ser denominada “mansão do diabo”. As escolas de Guaratuba, de Castro e de Ponta Grossa estavam classificadas como escolas de Reforma. No entanto “com a prática corrente de internar aleatoriamente os menores sob qualquer pretexto, aos poucos a diferenciação entre escolas de preservação, reforma e prisão foi sendo abandonada, ao mesmo tempo em que instituições foram atingindo sua lotação máxima” (OLIVEIRA, 2005, p.28).

Os complexos escolares se localizavam a certa distancia das cidades, distâncias muitas vezes bastante significativas, e os espaços parecem ter sido pensados para evitar e dificultar evasões. Ainda assim os relatórios evidenciam para algumas escolas grande número de evasões e para outras grande rotatividade, como por exemplo, a Escola de Campo Comprido, que servia como uma espécie de triagem para distribuição para outras unidades, dificultando o ensino regular.

Finda a administração Manoel Ribas, o relatório de 1946 sobre as Escolas de Trabalhadores Rurais e de Pescadores avaliou os estabelecimentos. Diz o relatório:

[estas escolas]

...tantas e tão mal aparelhadas. Todas em terreno insuficiente para sua atividade. Podendo-se dizer mesmo que não há uma convenientemente dotada, onde o menino possa ingressar e, findo certo tempo, sair pronto, capacitado para desempenhar qualquer atividade da vida rural (PARANÁ, 1946, apud DIEZ, 1993, p 225).

Continua dizendo da necessidade de separar as escolas assistenciais das escolas destinadas a filhos de lavradores sem a qual separação continuará a existir o recolhimento indistinto de menores abandonados e delinquentes e perversos.

Ainda na década de quarenta e na de cinquenta, muitas escolas foram desativadas, inclusive a “mansão do diabo”, por interferência dos reclamos publicados na imprensa por advogados, educadores e sociedade em geral. As prisões de menores disfarçadas de Escolas de Trabalhadores Rurais deixam de existir. Novas modalidades de ensino profissionalizante estarão em prática, mas esta é outra história.

Retomando a questão da dicotomia entre assistencialismo e profissão, constatamos que no Paraná devido às suas especificidades de economia extrativista, indústria incipiente, depois abortada pelo próprio governo, que optou pelo desenvolvimento da agricultura, o ensino profissionalizante, embora num determinado momento, organizado por empresários ou mesmo governo, para suprir a mão de obra necessária ao comércio e indústria, na maioria das vezes confundiu-se com escolas de ressocialização de órfãos, abandonados e delinquentes, porque a criança associada desde os primórdios da industrialização à mão de obra barata e necessária, metamorfoseia-se em menor, pela legislação, ao perambular pelas ruas e cometer pequenas infrações. Esses menores passam a ser alvo de estratégias e práticas disciplinares da classe dominante, que se empenha em voltar seus olhos à infância desvalida, de preferência abandonada e delincente, com o objetivo de educá-los e também corrigi-los pelo ensino para o trabalho.

## REFERÊNCIAS

COSTA, M.J.F. *Lysimaco Ferreira da Costa: a dimensão de um homem*. Curitiba: UFPR, 1987.

- DE BONI, M.I.M. *O Espetáculo Visto do Alto: vigilância e punição em Curitiba, 1890/1920*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- DIEZ, C.L.F. *Práticas sociais e a educação do menor: a construção de um arquivo*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1993.
- FAUSTO, B. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo.1880-1924*). São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FONSECA, C.S. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1961, v.1
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GODINO CABAS, A et alli. *Paraná, o século, o asilo: História, Políticas Públicas e Educação*. Curitiba: Criar Edições, 2004.
- MORAES, C.S.V. Instrução “popular” e ensino profissional: uma perspectiva histórica.In: VIDAL, D.G. & HILSDORF, M.L.S. (Org) *Tópicos em História da Educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- PARANÁ, Relatório de José L. Lins. Secretário D’Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba: 1908.
- PARANÁ, Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Affonso Alves de Camargo Presidente do Estado, 1918.
- PARANÁ, Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do estado, 1926.
- PARANÁ, Mensagem dirigida ao Congresso legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado 1927.
- PARANÁ. Relatórios apresentados ao Presidente Getúlio Vargas, pelo Interventor Manoel Ribas. [s.i.] 1940-1941
- QUELUZ, G.L. *Concepções de Ensino Técnico na República Velha (1909-1930)*. Curitiba: PPGTE/CEFET-Pr, 2000.
- RIBEIRO, M.L.S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.